

# Superior Tribunal de Justiça

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.533.165 - RS  
(2019/0191245-7)**

**RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI**  
**AGRAVANTE : KIRTON BANK S.A. - BANCO MULTIPLO**  
**ADVOGADOS : EVARISTO ARAGÃO FERREIRA DOS SANTOS - PR024498**  
**LEONARDO TEIXEIRA FREIRE - RS072094**  
**TERESA CELINA DE ARRUDA ALVIM E OUTRO(S) - RS066871A**  
**AGRAVADO : HELOISA HELENA FERREIRA VIGNOLO**  
**ADVOGADOS : WLADIMIR AZEVEDO REQUIÃO - RS042316**  
**AUREA HELENA COELHO DOURADO - RS052604**

## DECISÃO

Cuida-se de agravo interno interposto pelo KIRTON BANK S.A. - BANCO MÚLTIPLO contra decisão monocrática da lavra deste signatário, acostada às fls. 1.218/1.222 (e-STJ), que manteve a decisão que inadmitiu o recurso especial.

É o relatório.

Decido.

O recurso merece prosperar.

1. Ante as razões expendidas no agravo interno de fls. 1.225/1.232 (e-STJ), e constatado o erro de premissa no julgamento, com fundamento no artigo 259, § 6º, do Regimento Interno deste Superior Tribunal de Justiça, reconsidera-se a decisão monocrática de fls. 1.218/1.222 (e-STJ).

Isso porque do pronunciamento judicial de fls. 1.057/1.083 (e-STJ) extrai-se que a inadmissão do recurso especial de fls. 973/1.019 (e-STJ) pautou-se em duas vertentes, estando a primeira inserida no âmbito de discussão de teses firmadas sob o rito dos recursos repetitivos (Temas 482, 723, 724 e 685) e a segunda inserta na conformidade do julgado frente ao entendimento dominante da Corte Superior e demais óbices.

Contra essa decisão foram interpostos, concomitantemente, agravo interno e agravo em recurso especial (fls. 1.087/1.105 e fls. 1.160/1.183, e-STJ), o que enseja, ao menos, a possibilidade da análise do primeiro apelo nobre aviado, pois, na forma do enunciado n. 77 da I Jornada de Direito Processual Civil, *"Para impugnar decisão que obsta trânsito a recurso excepcional e que contenha simultaneamente fundamento relacionado à sistemática dos recursos repetitivos ou da repercussão geral (art. 1.030, I, do CPC) e fundamento relacionado à análise dos pressupostos de admissibilidade recursais (art. 1.030, V, do CPC), a parte sucumbente deve **interpor, simultaneamente, agravo interno (art. 1.021 do CPC) caso queira impugnar a parte relativa aos recursos repetitivos ou repercussão geral e agravo em recurso especial/extraordinário (art. 1.042 do CPC) caso queira impugnar a parte relativa aos fundamentos de inadmissão por ausência dos pressupostos recursais**"* (grifou-se).

Assim, o agravo em recurso especial de fls. 1.160/1.183 (e-STJ), manejado em face dos fundamentos de inadmissão do recurso especial que não guardam relação com as teses firmadas em recursos repetitivos, encontra respaldo legal.

2. Discute-se no apelo nobre de fls. 973/1.019 (e-STJ), dentre outras questões, a legitimidade passiva do HSBC Bank Brasil S/A para responder pelos

# *Superior Tribunal de Justiça*

encargos advindos de expurgos inflacionários relativos a cadernetas de poupança mantidas perante o extinto Banco Bamerindus S/A, em decorrência de sucessão empresarial havida entre as instituições financeiras, bem como a legitimidade ativa do não associado para a execução da sentença proferida em ação civil pública.

As referidas controvérsias foram afetadas pela Segunda Seção desta Corte à sistemática de recursos especiais repetitivos, cadastradas como **Temas 1.015 e 948**.

Ademais, foi determinada a suspensão da tramitação de processos em todo território nacional, nos termos do artigo 1.037, inciso II, do CPC.

Dessa forma, impõe-se a devolução dos autos ao eg. Tribunal de Origem para que seja observada a sistemática prevista nos arts. 1.040 e 1.041 do CPC/2015, conforme determinação prevista no art. 256-L do Regimento Interno desta Corte Superior, que assim dispõe:

Art. 256-L. Publicada a decisão de afetação, os demais recursos especiais em tramitação no STJ fundados em idêntica questão de direito:

I - se já distribuídos, serão devolvidos ao Tribunal de origem, para nele permanecerem suspensos, por meio de decisão fundamentada do relator;

II - se ainda não distribuídos, serão devolvidos ao Tribunal de origem por decisão fundamentada do Presidente do STJ.

Por fim, registre-se que, segundo a orientação jurisprudencial desta Corte, o ato judicial que determina o sobrestamento e o retorno dos autos à Corte de origem, a fim de que seja exercido o competente juízo de retratação/conformação (arts. 1.040 e 1.041 do CPC/2015) não possui carga decisória, por isso se trata de provimento irrecorrível.

Nesse sentido: AgInt no REsp 1140843/PR, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 23/10/2018, DJe 30/10/2018, AgInt nos EDcl nos EREsp 1.126.385/MG, Rel. Ministro OG FERNANDES, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe 20/09/2017; AgInt no REsp 1663877/SE, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 22/08/2017, DJe 04/09/2017; AgInt no REsp 1661811/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 26/06/2018, DJe 29/06/2018.

**2.** Do exposto, com fulcro no artigo 259, § 6º, do Regimento Interno deste Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo interno e dou-lhe provimento** para reconsiderar a deliberação monocrática de fls. 1.218/1.222 (e-STJ), tornando-a sem efeito.

Em decorrência, determino à restituição dos autos à origem, devendo ser realizada a devida baixa nesta Corte Superior, até o julgamento definitivo das matérias submetidas à sistemática dos recursos repetitivos (**Temas 1015 e 948**) e eventual retratação prevista nos arts. 1.040, inc. II, e 1.041, ambos do CPC.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator